Especialistas criticam projeto de TV digital
Ricardo Balthazar

Predomínio de questões técnicas e indefinição sobre serviços preocupam pesquisadores

Especialistas reunidos pela Universidade de São Paulo (USP) ontem manifestaram preocupação com a maneira como o governo federal tem conduzido o processo de implantação da televisão digital no país. Eles acreditam que as discussões dentro do governo têm se concentrado de forma excessiva sobre os aspectos técnicos, deixando em segundo plano as implicações sociais e políticas que a mudança terá.

Para esses especialistas, falta definir melhor que tipo de serviço o governo pretende oferecer à população com a televisão digital e que estratégias ele vai adotar para garantir a adesão das pessoas às novas tecnologias. Representantes das emissoras de televisão e fabricantes de equipamentos eletrônicos e televisores têm manifestado ao governo o mesmo tipo de preocupação.

O ex-vice-presidente das Organizações Globo José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, afirmou que o governo deveria aproveitar a adoção da televisão digital para estimular a entrada de novas emissoras no mercado hoje dominado pela Rede Globo. "É uma excelente chance que temos de renovar a televisão brasileira", disse Boni, hoje controlador de uma pequena estação regional, a TV Vanguarda, de Taubaté (SP).

A transmissão digital permite que o espectro usado hoje por poucos canais analógicos seja melhor aproveitado, abrindo espaço para um número maior de canais digitais. Mas isso depende das tecnologias que forem adotadas pelo país. Se o sistema escolhido pelo governo der prioridade à transmissão de imagens de alta definição, cuja transmissão exige a alocação de porções maiores do espectro, haverá menos espaço para outros canais.

Não é uma preocupação apenas de quem vê a televisão como um negócio. Canais comunitários, universitários e de utilidade pública, como os que transmitem as atividades da Câmara dos Deputados e do Senado, têm espaço garantido por lei no meio dos canais pagos da televisão a cabo e desejam estender esse benefício para a televisão aberta quando ela for digitalizada.

O governo ainda está longe de definir como vai lidar com essas questões. O grupo interministerial que estuda o assunto ainda está tentando acertar a formação de comitês que vão contratar pesquisas mais aprofundadas sobre o tema. Em vez de adotar um dos padrões estrangeiros que já existem, o governo estuda a viabilidade de criar um sistema brasileiro de televisão digital, com tecnologia desenvolvida no país.

Além de exibir imagens e sons de melhor qualidade, a televisão digital permite a oferta de serviços interativos e o uso de televisores comuns como meios de acesso à internet. Para as emissoras e seus anunciantes, as novas tecnologias criam várias oportunidades de negócio, como a associação do comércio eletrônico com a programação tradicional.

O que preocupa os especialistas é que, do jeito que o governo tem conduzido o processo, a escolha das tecnologias que serão adotadas tende a ser feita antes de uma definição mais precisa do tipo de serviço que poderá ser oferecido. "Precisamos conhecer melhor as necessidades das pessoas antes de definir o que queremos", disse a professora Roseli de Deus Lopes, do Laboratório de Sistemas Integráveis da USP.

Com acesso à internet e programas de computador específicos, será possível usar os aparelhos de televisão digital para ter aulas à distância, marcar consultas médicas ou conferir extratos bancários. Mas ninguém sabe se alguém está interessado nesse tipo de serviço. "As pessoas só

vão comprar um televisor digital se acharem que ele vai realmente melhorar suas vidas", afirmou outra pesquisadora, Thais Waisman, da Escola do Futuro da USP.

Do tipo de serviço que será oferecido vai depender o custo dos conversores que serão usados no início para que os atuais televisores recebam sinais digitais. Se eles forem caros demais, será difícil promover uma transição rápida para a nova tecnologia sem subsidiar a população como empresas e governos têm feito na Inglaterra e na Alemanha. "Se isso vai ser pago ou subsidiado, é uma discussão que ainda não fizemos", disse o subsecretário de planejamento do Ministério das Comunicações, Marcos Dantas.

Valor Econômico - 31/10/2003